

ARTIGO

A MEMÓRIA DE BRASILEIROS E GUIANENSES SOBRE A REVOLTA DO RUPUNUNI NA FRONTEIRA BRASIL – GUIANA.

RESUMO: Neste texto faço uma reelaboração das narrativas e oralidades de alguns dos sujeitos sociais (Negros guianenses, Indígenas Macuxi e Wapixana, Brasileiros regionais) sobre a Revolta do Rupununi. As narrativas e oralidades dos entrevistados nesse assunto se constituem em parte do trabalho de campo que deu origem a etnografia construída como tese de doutorado sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. A intenção é contextualizar, por meio dessas narrativas, os lugares de memória que compõem o cenário político da década de 60 nesses dois países, a partir do evento político denominado Revolta do Rupununi, caracterizado como um dos períodos mais polêmicos da história da Guiana. No Brasil, o que marcou essa década foi a ditadura militar e os movimentos de esquerda. Na Guiana é o momento do processo de independência e de lutas de secessão.

Palavras-Chave: História, Etnicidade e Nacionalidade.

Neste texto faço uma reelaboração das narrativas e oralidades de alguns dos sujeitos sociais (Negros guianenses, Indígenas Macuxi e Wapixana, Brasileiros regionais), entrevistados, quando da ocasião do trabalho de campo que deu origem a minha tese de doutorado realizada sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana.

A intenção aqui é contextualizar, por meio da história oral e da memória dos moradores da fronteira os lugares de memória que compõem o cenário político onde ocorreu a Revolta do Rupununi, na década de 60, um dos períodos mais polêmicos da história do Brasil e da história da Guiana.

* Antropóloga / Mestre em Educação e Doutora em Antropologia Social: estudos comparativos das Américas – CEPPAC/UnB / Professora da Universidade Estadual de Goiás/ESEFFEGO.

No Brasil, o que marcou essa década foi à ditadura militar e os movimentos de esquerda. Na Guiana é o momento do processo de independência e de lutas de secessão.

Esses acontecimentos, em cada Estado-nação, passam a ter uma significativa contribuição para a historiografia e para os processos identitários das Américas. Utilizo o suporte teórico-metodológico da história a partir do uso da memória e da história oral a fim de construir uma narrativa desde a fala dos sujeitos sociais. No entanto, uma vez que escrevo segundo minha formação acadêmica na área da Antropologia não posso deixar de registrar que os sujeitos sociais compunham suas narrativas construindo a identidade daqueles de quem falam desenhando, assim, a composição dos grupos étnicos inserido naquele evento político o que nos permite reconhecer o viés da diversidade cultural no registro da memória.

A intenção aqui é tecer a história das relações sociais entre os moradores da fronteira de dois estados-nação, tendo como pretexto um período político de conflito armado.

CONTEXTUALIZANDO O LUGAR DE MEMÓRIA

A Guiana possui dez regiões geográficas, aquela que faz fronteira com o Brasil é a região nove, também denominada região do Rupununi. Localiza-se nas terras do sudoeste da Guiana que são banhadas, numa extensão de 6.000 km, pelo rio do mesmo nome. Nessa extensão estão às fronteiras da Guiana com o Brasil e da Guiana com a Venezuela.

Hoje os povos indígenas que habitam essa região às margens do rio Rupununi, e do rio Tacutu e na Savana do Rupununi, relacionam-se continuamente com seus parentes no Brasil, Venezuela e na Guiana. Dentre o espaço que constitui a região do rupununi selecionei para efeito da pesquisa de campo, apenas a fronteira do Brasil com a Guiana. Ali se convivem continuamente os indígenas das etnias Macuxi e Wapixana, os negros guianenses, os descendentes de indianos (ali chamados de coolie) e os brasileiros regionais.

Uma vez que a Região do Rupununi é o cenário de um dos fatos políticos mais significativos daquele país é, por conseguinte, a história política desse país o viés que ajuda na interpretação da composição multicultural e das relações sociais construídas com o Brasil.

É difícil pensar a história da Guiana sem se reportar aos séculos em que esta ainda na condição de colônias não unificadas foi colonizada por diferentes países europeus. Segundo Colina (1997) em 1499 os espanhóis tocavam o solo do que hoje se denomina Guiana. Durante os séculos XV e XVI a Guiana

Essequibo estava sob domínio espanhol constando inclusive como parte do território venezuelano. Depois as três colônias: Essequibo, Demerara e Berbice passaram a domínio holandês, de 1648 a 1814 (Séc. XVII e XIX), posteriormente, ainda no século XIX passaram ao domínio inglês.

Existem duas leituras quanto à participação indígena durante a colonização holandesa. Colina (1997) aponta que os indígenas não se adaptaram a esse sistema de trabalho escravo agrícola e por isso se embrenharam no sentido sul do país, o que explica hoje a grande presença populacional destes naquela região. Farage (1991) apresenta a tese de que havia uma relação de escambo dos holandeses com os índios, mais proveitosa para os interesses comerciais holandeses do que ao propósito de usá-los como mão de obra escrava. Ainda que em meio à rede de comércio que desenvolvia em terras coloniais, era interesse holandês, também, o tráfico de escravos indígenas.

Mas, foi com a mão de obra escrava negra oriunda da África que a colonização holandesa naquelas colônias prosperou através do trabalho escravo agrícola no cultivo de café, algodão, cacau, tabaco e cana de açúcar.

As colônias inglesas Essequibo, Demerara e Berbice foram unificadas em 1831 com o nome de Guiana Inglesa. Porém, o ritmo de desenvolvimento da Inglaterra, somado aos interesses dos colonos ingleses plantadores, instalados nessas colônias, e os primeiros passos da revolução industrial levaram a Inglaterra a decidir-se pelo trabalho assalariado. Há ainda um outro elemento significativo para o fim da escravidão negra na Guiana: as missões que se instalaram em colônias britânicas. A ação dos missionários contribuiu para que os escravos tomassem posturas diante de sua condição escravista. Duas grandes revoltas escravas marcaram a história escravocrata da Guiana: a revolta de Berbice em 1728, e a revolta de Demerara em 1823. Enfim, a escravidão na Guiana acabou em 1837, após trinta anos do final do tráfico de escravos. (Cf. Vioti, 1998).

A substituição da mão de obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do Oeste da Índia¹. Isso dinamizou as relações entre os grupos étnicos ali existentes. O cenário interno

¹ Um estudo comparativo que Richardson Bonham (1975) realizou em 1967/71 entre Guiana e Trindade a respeito do tipo de migração para o trabalho e o estabelecimento de mobilidade entre padrões de plantation no sul do Caribe explica que, após a libertação dos escravos nestes dois países, os homens negros livres estabeleceram assentamentos de plantação na periferia e deram início ao trabalho de meio período. O autor, ao fazer a sua análise sobre os anos 70, explica que a forma como esses homens livres da Guiana e Trindade e (posteriormente) os trabalhadores migrantes trazidos no indetured period se organizaram em vilas de plantações pelas terras do interior, é possível compreender como eles atravessaram o século XIX para se organizarem socioeconomicamente. Explicar também que em tão poucos países existiu vilas de plantações periféricas em que os agricultores eram auto-suficientes e com problemas ecológicos tão semelhantes como os dois lugares (Guiana e Trindade), que faziam seus moradores procurarem fonte de renda fora da vila. A formação da sociedade guianense moderna não resulta em aspectos muitos diferentes dos do Brasil quanto à migração para o trabalho. Os estudos de Richardson esclarecem, também, que esses trabalhadores contratados, no caso da Guiana, chegaram ao espantoso número de 250.000. Trabalharam nas plantações e produção de açúcar e foram contratados para viver de forma muito precária. Assinavam um contrato de cinco anos de trabalho que, se renováveis por mais cinco anos, lhes garantiria a passagem de volta à Índia

e externo colaborou para a relativa autonomia (1928) daquela colônia, e isso culminou, em 1961, com a promulgação da constituição e sua posterior independência em 1966. (Cf. Serbin, 1981).

Desde o período colonial nas esferas políticas da Guiana, esboçava-se um movimento nacionalista e anticolonial que se intensificou com a chegada de guianenses que tinham ido cursar seus estudos superiores na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Assim, em 1950, oriundo de movimentos dirigidos por esses intelectuais guianenses, surge o People's Progressive Party (PPP), que se torna a principal voz que se impõe à coroa britânica. Caracterizando-se como um partido muito próximo à linha pró-sovietica, embora tivesse uma composição classista que contradizia esse viés, foi assim identificado. O quadro político da década de 50 e 60 na Guiana pode ser descrito como a consolidação de uma cultura partidária que se impunha numa situação de colônia e que, portanto, contribuiu com o processo de independência. Foi um período de posturas ideológicas representativas do que ocorria no mundo do pós guerra, daí a preocupação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos com a tendência marxista-leninista do PPP².

É, porém, dentro desse quadro político que se desenrola em quatro décadas (1960-1992) do acirramento das relações políticas internas da Guiana que ocorreu a revolta do Rupununi, conflito armado cujo cenário foi à fronteira Guiana - Brasil em 1969. Foco dessa pesquisa, a região do Rupununi traz consigo os aspectos sociopolíticos que interessam diretamente ao estudo das relações interétnicas que se constroem naquela área. Ali, mais precisamente em Lethem, cidade fronteiriça com o Brasil, ocorreu o movimento de secessão da história da Guiana de significativa repercussão na cidade fronteiriça brasileira, a cidade de Bonfim, no estado de Roraima.

2 Em 1961, quando houve a primeira divisão interna entre os principais membros do PPP - Chedi Jagan e Fores Burnham - surge o People's National Congress (PCN) liderado por Burnham, que foi logo apoiado pela Grã-Bretanha e os Estados Unidos. No entanto, devido à passagem de Burnham pela União Soviética e sua identidade negra, segundo Serbin (1981), o PCN também vai assumir uma identificação socialista e passar por um processo interno de modificação de seus quadros de cooptação dos sindicatos em torno de bandeiras mais classistas e anticolonialistas. Inclusive, passam a fazer parte de seus quadros intelectuais e integrantes do Black Power de tendência guevarista e jamaicana, que defendem os direitos negros associados à luta internacional contra o capitalismo. Após a independência, em 1966, o PCN permanece no poder de 1964 até 1980, período em que se acentuou o recorte étnico no jogo das relações de poder dos partidos políticos em função do domínio do aparelho de Estado. O PNC, de composição étnica negra, após vinte e oito anos no poder (1964-1992), perde as eleições em 1992 para uma coalizão entre PPP, partido que inicialmente tinha uma composição multiétnica, mas que, com o rompimento de Burnham, foi se identificando com os indo-guianenses e o Partido Cívico (considerado multirracial). Essa composição elege como presidente Cheddi Jagan, que, ao temer acirramento dos conflitos das relações entre negros e asiáticos a exemplo de 1964, cria um ministério multirracial.

ORALIDADE E MEMÓRIA DESSE EVENTO

A oralidade sobre esse evento político é, também, o testemunho da história das lutas étnico-raciais que demarcam a história política da Guiana, vejamos o que nos disse D. Elizia:

Eu me lembro, na época da revolução eu tinha dez anos de idade. Mas, ai eu demorei na Guiana, antes de vir para o Brasil. Na época da revolução eu me lembro de alguns detalhes assim: quem começou essa revolução foi uma família que tinha ai na Guiana que ainda tem alguns deles chamada família Melvilles eles se revoltaram porque aquele presidente [Burnham] ele já faleceu. Essa família não queria que ele ganhasse as eleições. Ele e os negros. Aquele presidente era negro. Eles foram contra porque ele se elegeu. Então, essa família se revoltou. Era uma família bem grande, uma família tradicional ai da Guiana e rica, dona de terras e gado. Eles tinham aviões, fazendas (fazendas não era ranchinhos, não). Naquela época eles tinham fazendas. Minha mãe naquela época trabalhava com eles. Então eles se revoltaram ai começaram, eles conseguiram armas com ajuda de pessoas da Venezuela. Não sei como foi que eles conseguiram. E eles conseguiram as armas com essas pessoas da Venezuela e começaram a atirar. Quando a gente viu era tiroiteio pra todo lado. (Guianense branca)³.

Para organizar a metanarrativa sobre esse conflito busquei na memória de três gerações tomando como referencia o período da independência da Guiana, ou seja, a década de 60. A primeira geração: os mais idosos aqueles que viveram na fase adulta o evento político; a segunda geração: aqueles que na época eram crianças e/ou adolescentes e também viveram o processo revolucionário (sem entender a dimensão de tal fato político) e a terceira geração que nasceu de casamentos inter-étnicos da segunda geração e hoje está na adolescência, pois de diferentes formas eles viveram e ouviram as historias sobre a revolta do rupununi e as lutas de independência.

Segundo esses depoentes a revolta se constituiu em uma iniciativa de rancheiros/fazendeiros das savanas do Rupununi, insatisfeitos com o governo da Guiana, estes tentaram criar um Estado independente, com a ajuda da Venezuela. Para isso, formaram o Comitê Provisional Del Gobierno de Rupununi, coordenado por Valeria Hart. A revolta foi sufocada e os revoltosos tiveram abrigo na Venezuela e no Brasil. Segundo Colina (1997) através de pequenos aviões de particulares venezuelanos os rebeldes foram retirados para os territórios

³ Conforme expliquei na introdução os fragmentos de entrevistas aqui utilizados compõem o material de campo da pesquisa por mim realizada para a tese de doutorado sobre Etnicidades e Nacionalidades na Fronteira Brasil-Guiana, citada nas Referências Bibliográficas.

brasileiros e venezuelanos numa ação que durou três dias. Esse conflito ocasionou, até 1990, difícil relacionamento entre Guiana e Venezuela⁴.

Naquele ano, 1969, a Guiana tinha no poder o Sr. Forbes Burnham, (primeiro ministro), do PNC, o partido que se identificou com os negros, talvez porque ele sendo um dos negros da diáspora guianense trazia consigo mais essa bandeira⁵. Burnham era acusado de se aproximar do bloco soviético e administrar com a perspectiva de uma “República Negra”. Esses fatos devem ter contribuído para a insatisfação dos rancheiros das Savanas do Rupununi, cuja maior vocação estava no comércio da carne de gado que se concentrava nas mãos de três famílias inglesas identificadas como brancas e mestiças (branco com índio) que habitavam naquela região. Segundo depoimentos, eram as famílias “...Melvilles, Hart, e Bourik, que contavam com apoio dos grupos Amerindians.”

O fator econômico e o fator sociopolítico de recorte étnico-racial complementavam-se. Segundo Colina (1997), era voz corrente, inclusive constava no programa político da eleição de Burnham, que a Guiana, ao mudar da condição de colônia para República Socialista, teria suas terras confiscadas para o Estado. Assim, quem estava assentado nas terras poderia usá-las com licenças de um ano, mas não as possuía de fato. Poderia o Estado requisitá-las quando achasse conveniente. “Segundo Mora (1969 Apud Colina, 1997, p.7), “...los dueños de lãs haciendas existentes em la región sabian que Burnham tñia entre sus planos el de eliminar dichas licencias pues lo habia expuesto em su programa político de lãs ultimas elecciones.” Assim, levados pela idéia de que Burnham tinha intenção de confiscar suas licenças e utilizando-se do discurso de exclusão sobre os *Amerindian*, os rancheiros do Rupununi, que não apoiavam o governo socialista e negro da Guiana, promoveram aquela revolta.

⁴Segundo Fenty (2000), ainda nos séculos XVI a XIX, os países europeus travaram disputas entre si pelas colônias da América do Norte, do Centro e do Sul. Muitas dessas contendas tornaram-se conflitos de fronteiras que não se solucionaram, (no caos deste conflito) embora tendo que se submeterem à decisão judicial por ocasião da independência da Guiana. A Venezuela reclamava à Inglaterra o que tinha sido quase todo o território da colônia de Essequibo. Por outro lado a Inglaterra reivindicava as regiões norte e orientais da Venezuela. O laudo arbitral de 1899 do Tribunal Internacional de Arbitragem favoreceu a Venezuela em cinco mil milhas de território. Esta ficou satisfeita, porém, quando a Guiana implodiu em sua luta de independência a Venezuela achou por bem questionar o laudo de 1899 e abrir conflito com a Guiana por mais território. Instituiu-se uma comissão mista (guianenses e venezuelanos) para estudar os limites de fronteira. Essa reclamação que se fez no período da proclamação da independência da Guiana criou entre esses dois países uma situação desconfortável, notadamente quando a Venezuela abrigou os insurgentes da revolta do Rupununi.

⁵Entenda-se Diáspora no sentido em que Stuart Hall (2003) discute, para além da situação de deslocamentos forçados aqueles que foram realizados voluntariamente, caracterizando os sujeitos da diáspora em uma ambigüidade de ter um compromisso social e político com seu local e identidade de origem sem abrir mão de uma nova construção cultural de sua identidade. “Na, situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas, junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centripetas:” (p.27)

A bibliografia sobre a Guiana aponta mais uma causa da revolta do Rupununi, e esta parece confirmar-se nos depoimentos dos moradores da primeira geração. Comenta-se que, em razão da preferência pelos trabalhadores contratados oriundos da Índia Oriental, uma massa de escravos (homens livres) foi incentivada a ocupar terras e povoar a área rural desse país. Isso teria levado a uma política de incentivo à habitação e à exploração da bauxita, das minas de ouro e do plantio de arroz. Os rancheiros do Rupununi não aceitaram bem essa idéia, porque a exportação ilegal de carne para o Brasil, assim como o comércio legal com o Canadá, os enriquecia e os tornava forte como grupo social, com poder econômico e político nessa região de fronteira. Depoimento como o do sr. Joaquim, venezuelano, morador de Bonfim, parece acenar para essa tese: “Quando aconteceu aquela briga aí em 68/69, os Melvilles e os Hart não queriam os pretos entrar dentro do Rupununi [...] mas o governo (foi) que abriu a pista ali no Manari, por isso que eles pousaram. Aí entrou preto de bolo”.

A memória local dos moradores da fronteira sobre o período do conflito que dá visibilidade à região 09 e à cidade de Lethem para o cenário nacional guianense é bastante confusa. Nos depoimentos dos mais jovens (segunda e terceira gerações pós-revolução de independência da Guiana) e na memória dos mais idosos há certa confusão entre os períodos de 1966 (a independência), 1969 (a revolta do Rupununi) e até mesmo o conflito de fronteira com a Venezuela⁶ que segundo Colina (1997), “ocorreu oportunamente” ao período da independência.

Naquele ano de 1969, o conflito fronteiriço aflora oportunamente, os governantes venezuelano aproveitaram para reacender tal disputa por meio do apoio aos revolucionários. Percebe-se pelos depoimentos que esse fato provoca uma confusão de interpretações por parte das pessoas mais humildes.

Seus depoimentos confundem a questão fronteiriça que voltou a ser discutida em 1962 com o processo revolucionário da região de Rupununi ocorrido em 1969.

Os mais jovens dizem (terceira geração):

Ah é? Eu não me lembro direito. Mas eu me lembro que papai falava que na guerra ninguém podia sair para lugar nenhum. Sabe ali onde eles matam gado? Pois, é ali estava cheio de negros mortos, ali dentro. Eles arrastavam os negros pra dentro depois matavam. Eles ligaram daqui

⁶ Durante gran parte del Siglo 19, Venezuela y Gran Bretaña se reclamaban territorio mutuamente. Finalmente, Inglaterra ganó las tres colonias de Esequibo, Demerara y Berbice a los holandeses en 1814. Más tarde, estas tres colonias se unificaron como la Colonia de Guayana Británica. Venezuela reclamaba casi todo lo que había sido la colonia original de Esequibo. Por su parte, Inglaterra reclamaba gran parte de lo que ahora son las regiones orientales y norteñas de Venezuela. (Fenty, 2000).

pra Georgetown para os soldados descerem pra cá, mas ninguém, nem os aviões, não podiam descer aqui porque estava cheio de camburão ali dentro. Mas, eu não me lembro muita coisa. Sei que cortaram o contato de telefone. (vendedora, Coolie, de uma loja em Lethem).

Os moradores da segunda geração relatam que:

Olha eu me lembro uma vez teve essa revolução, a Venezuela com a Guiana. Agora eu não sei o ano. Nesse tempo eu tinha oito anos e o meu irmão era polícia. Aí nesse dia minha mãe ela disse: minha filha vamos pescar na beira do Tacutu. E aí quando começou essa guerra, a revolução na Guiana. Aí minha mãe dizia assim pra nós: Olha tá tendo guerra, tá matando as pessoas. Naquele tempo eu não sabia muito bem, mas eu me lembro da revolução. Eu me lembro também que a polícia começou a bater no meu irmão. Sabe nesse tempo eu via meu irmão sofrendo apanhando da polícia. Ele era da polícia, mas mesmo assim ele apanhava (Guianense negra atual moradora de Boa Vista).

De acordo com Colina (1997), o interesse da Venezuela em questionar as terras da “Guyana Essequibo” e o direito a nove milhas do mar territorial foram motivos que animaram os insurgentes a levar à frente a idéia de se criar um Estado Independente. Decorre daí que, em vez de se pensar que a revolta do Rupununi tenha ocorrido apenas nas datas em que teve lugar o levante, 02 a 05 de janeiro, pode-se afirmar que, desde os acontecimentos em torno da independência, os ânimos dos rancheiros do Rupununi já vinham sendo alimentados pelos questionamentos dos venezuelanos quanto aos direitos territoriais e marítimos de fronteira.

Até aqueles dois momentos (Independência e revolta do Rupununi) essa região nunca experimentara a presença de militares. Não havia na Guiana uma política de guarda das fronteiras por meio da presença dos militares. Somente quando houve a revolta do Rupununi é que chegaram ali os destacamentos militares cujo meio de locomoção foi aéreo primeiro de Georgetown para Lethem; e depois, via Brasil, pelo aeroporto de Boa Vista /RR. Tratou-se de uma milícia armada que provavelmente deu início à formação do exército. Em depoimento sobre o período da independência e da revolta do Rupununi, D. Lindalva, explica, de certa forma com base na sua identificação com a Guiana, como surgiu o exército e ocorreu aquela revolta:

Mas o que me motivou para a Guiana é que houve uma revolução na Guiana e eu tava em Boa Vista. Então, desceu para cá um monte de aviãozinho bimotor, eu trabalhava no aeroporto e já sabia falar alguma coisa de inglês, aí... , aí deparei com outras pessoas indígenas me falaram que aqui (Bonfim) tava recrutando pessoas para ir para o exército da Guiana, aí eu com aquele pensamento na cabeça, aqueles avião, aquelas

fardas, tudo achava bonito, embarquei para Georgetown sem o consentimento dos meus pais e fui embora (aos 16 anos). Passei cinco anos no exército da Guiana, daí tive uma larga experiência até pra deixar aqui pro pessoal....(Brasileira regional).

Segundo Caíres (1988), somente depois de 1973 é que a sociedade guianense passa a ser militarizada. Antes o que havia era uma milícia armada que se localizava mais na área costeira - na capital Georgetown e nas cidades de Linden e Nova Amsterdam. Esse autor afirma que isso se deu, depois das eleições de 1973, que deram a vitória a Burnham: "After 1973, Guyanese society was militarised. There was na expanding army, a national service and a people´s militia. The civil service was corroded by the cult of the party card, the police were politicised and the media were government owned and controlled" (1988, p. 191/2).

Na memória dos indígenas a revolta do Rupununi era uma questão política entre brancos e negros, assim relata o Tuxaua do povo indígena Macuxi de Sant. Ignatius:

Não eu não me lembro muito coisa sobre isso. A única coisa que eu me lembro, que eles estavam falando na época é que quem dominava aqui era os Melvilles e os Hort. Eram eles que dominava essa região aqui. Então quando o governo estava botando outras coisas pra cá, já tinha policiais e tudo eles não aceitavam [] que o governo estava querendo trazer mais gente pra cá [os pretos]. Eles é que ensinavam, eles que falavam que o preto é assim. Eles eram brancos. Eu acho que queriam dominar tudo, queria tudo pra eles. Eles tratavam como se fosse deles porque eles comandavam tudo aqui..mas, depois mudou tudo. (Homem Indígena).

Segundo o entrevistado os *Amerindians* não tiveram participação nesse conflito até porque a questão se concentrou mais na área urbana e diretamente ligado ao poder daquela região, o qual historicamente se concentrava entre brancos (colonizadores) e os negros (ex-escravos, descendentes nascido na Guiana, e os filhos de casamentos interétnicos entre brancos e negros). Além disso, os Amerincians viviam em suas aldeias a depender da caça e da pesca, até aquele período, estabelecendo tímidas interações com os outros grupos étnicos.

A conjuntura internacional em que se vivia a Guerra Fria e a expansão do socialismo e do comunismo no mundo nos fazem entender ser compreensível que uma revolta no interior da Guiana, na fronteira com o Brasil, tencionasse as relações com o governo brasileiro, até porque diante do regime político ditatorial em que se vivia no Brasil todo e qualquer contato por meio das fronteiras era extremamente alardeado pelos militares como uma afronta a "segurança nacional" discurso muito utilizado por eles. Além disso, a Guiana conquistara recentemente sua independência e tinha à frente do governo um presidente que se auto-intitulava marxista-leninista.

No Brasil, vivíamos em 1968 o auge da repressão e tortura àqueles que ousavam se indispor com o governo militar. No estado de Roraima, na cidade de Bonfim, onde a fronteira com a cidade guianense com Lethem é desenhada pelo rio Tacutu, existe desde o período colonial uma estreita relação social nos aspectos econômicos e culturais. Assim, imediatamente ao ocorrido Bonfim foi tomada por forças militares, segundo depoimentos dos seus moradores mais antigos: “apareceu policia de tudo que é jeito por aqui”, explicou-me o professor mais idoso daquela cidade.

É importante registrar que por vários relatos de memória dos entrevistados no Brasil e/ou na Guiana as lembranças e/ou explicações sobre outros assuntos trazem os elementos históricos que demonstram as conseqüências ou o modo como a Revolta do Rupununi repercutiu no Brasil. O depoimento do diretor do IBGE de Roraima em 2004, sobre aspectos do crescimento socioeconômico de Roraima, também nos mostra isso quando ele diz:

A partir da independência da Guiana a coisa mudou bastante, inclusive a própria movimentação revolucionária na Guiana que abriu de uma certa forma, as perspectivas do governo militar da época em povoar esta região. Em por exemplo, a abertura da estrada 401 [que sai de Boa Vista a Bonfim], a construção da ponte do Makuxi [porque nós estamos numa distância de cento e poucos quilômetros, é bastante perto de fronteira]. E a movimentação toda que estava ocorrendo lá, de certa forma preocupava, a questão de segurança na nossa fronteira. E uma das medidas, entre várias outras, nesta mesma época houve a intensificação de recuperação de estradas, de abertura da estrada pra Manaus. Então, esse período foi um período que intensificou um pouco mais as atividades de investimentos federais em Roraima, em função disso. (Brasileiro regional).

O que demonstra que o governo brasileiro imediatamente tomou atitudes de cercar politicamente o espaço de onde provavelmente se originaria algum foco de irradiação de uma movimentação política revolucionária. Assim, intensificou a política de fronteira com a abertura de uma infra-estrutura que permitisse aos militares melhor desenvolver o trabalho de vigilância das chamadas “fronteiras de risco”.

A revolta do Rupununi, cujas causas foram eminentemente econômicas e de recorte étnico-racial, passou a ser entendida internacionalmente apenas pelo viés político-ideológico. No Brasil, a repercussão foi à imediata proteção à fronteira norte. Vivia-se o período auge dos processos de repressão armada aos movimentos insurgentes no Brasil. Segundo depoimentos de moradores mais antigos, a cidade de Bonfim ficou em estado de alerta, de tensão, e completamente militarizada. Comenta o professor mais idoso que: “mais do que hoje, a cadeia daqui (Bonfim) e de lá (Boa Vista) vivia cheia de preto”.

Fica então, evidenciado esse fato histórico como um marco da construção desses dois estado-nação, da inter-relação que os envolve e das conseqüências para os grupos étnicos, moradores da fronteira, e do modo de perceber e narrar os conflitos de conjuntura de cada realidade. Situamos, entre outras conseqüências para a política interna de fronteira do Brasil, que esse foi um motivo para o governo brasileiro posteriormente, tomar a decisão de instalar o Pelotão de Fronteira naquele município.

BIBLIOGRAFIA

- CAIRES, David de. "Guyana After Burnham: a new era? Or is president hoyte trapped in the skin of the old PNC?" In: Caribbean Affairs, jan. – mar., V. 1, Ano 1, 1988.
- COLINA, Oswaldo Ramirez. "Guyana em 1969: 'La insurreccion de Rupununi'". In: www.monografia.com publicado em 1997. Acesso em 14/07/2005.
- CURTAIN, Richard. *Labor Migration in Papua New Ginea: Primary School Leavers in the Towns – Present and Future Significance*. p. 269 – 309, In: *Migration and Development: Implications for Ethnic Identity and Political Conflict*. Editors SAFA, Helen e TOIT, Brian M. Du. Paris: Mouton Publishers, 1975.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertoos: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro:Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FENTY, Alan A. "Una Introduccíon a la Posición de Guyana sobre la Controversia Guyana/Venezuela." In: , dez./2000. Acesso em 17/10/2003.
- HALL, Stuart. *Da Diásporora: identidades e Mediações Cultuais*. (Org.) Liv Sovik. Minas Gerais:Editora da UFMG, 2003.
- MERRILL. *Guyana, Country Studies* In: Library of Congress, 1992.
- PEREIRA, Mariana Cunha. "A Ponte Imaginária: o trânsito interétnico na fronteira Brasil– Guiana." (tese) Brasília; UnB: Brasil, 2004.
- RICHARDSON, Bonham. *Plantation Infrastructure and Labor Mobility in Guiana and Trinidad*. p.205 – 224, In: *Migration and Development: Implications for Ethnic Identity and Political Conflict*. Editors SAFA, Helen e TOIT, Brian M. Du. Paris: Mouton Publishers, 1975.
- RELATÓRIO Final da Comissão Especial Mista Destinada a Reavivar o Projeto Calha Norte. Senadora Marluce Pinto (Org.), Congresso Nacional: Brasília, 1997.
- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxí, rotas de conflito*. São Paulo:Editora Unesp, 2001.
- SERBIN, Andrés. *Nacionalismo, Etnicidad Y Política Em la Republica Cooperativa De Guyana*. Caracas: BRUGUERA: Autores Latinoamericanos, 1981.
- VIOTI, Emilia. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo: UNESP, 1998.